



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 15/XII/ 1.^a SL

Aos 06 dias do mês de Outubro de 2011, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das actas n.^{os} 13/XII e 14/XII (reuniões de 27 e 28 de Setembro de 2011)

2. Apresentação e discussão conjunta dos Projecto de Resolução n.os 43/XII/1.^a (BE) - "Recomenda ao Governo que desenvolva esforços para a viabilização dos Estaleiros Navais do Mondego" e 54/XII/1.^a (BE) – "Recomenda ao Governo o não encerramento das oficinas da EMEF da Figueira da Foz."

3. Apresentação e discussão do PJR 45/XII/1.^a (PCP) – Recomenda ao Governo a viabilização dos Estaleiros Navais do Mondego.

4. Votação do parecer sobre a Petição n.º 140/XI/2.^a – "Solicita que seja criada legislação adequada para que os consumidores portugueses da EDP, EPAL, GALP Energia (gás natural) e Telecomunicações, quando optam pela facturação electrónica, possam usufruir de uma redução percentual nas suas facturas na medida em que tais empresas também têm uma redução de gastos."

– Relator: Deputado Nuno Matias (PSD)

5. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das actas n.^{os} 13/XII e 14/XII (reuniões de 27 e 28 de Setembro de 2011)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 15/XII/ 1.ª SL

Iniciada a reunião, foram aprovadas por unanimidade as actas n.ºs 13/XII e 14/XII, relativos às reuniões de 27 e 28 de Setembro de 2011.

2. Apresentação e discussão conjunta dos Projecto de Resolução n.ºs 43/XII/1.ª (BE) – "Recomenda ao Governo que desenvolva esforços para a viabilização dos Estaleiros Navais do Mondego" e 54/XII/1.ª (BE) – "Recomenda ao Governo o não encerramento das oficinas da EMEF da Figueira da Foz."

Este ponto da ordem do dia foi adiado para uma futura reunião, a solicitação do grupo parlamentar autor dos projectos de resolução.

3. Apresentação e discussão do PJR 45/XII/1.ª (PCP) - Recomenda ao Governo a viabilização dos Estaleiros Navais do Mondego.

Neste ponto da ordem do dia, procedeu-se à apresentação e discussão do projecto de resolução em causa, que decorreu do seguinte modo:

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o Projecto de Resolução em causa, realçando a importância desta empresa para a área onde se insere, tendo afirmado que a sua situação actual não pode ser desligada de um caminho que tem vindo a fazer-se de desindustrialização da economia. Deu também conta de situações de suspensão dos contratos de trabalho e de salários em atraso. Reiterou a importância em assegurar a viabilidade destes estaleiros e recordou que há dois grupos económicos interessados na empresa, um nacional e outro internacional. Concluiu, alertando para o facto de estar iminente uma assembleia de credores e de que nenhum dos credores, por si só, consegue fazer aprovar o plano de viabilização, e reiterando os termos das recomendações constantes da iniciativa em apreço.

O Senhor Deputado Nuno Encarnação (PSD) considerou a situação preocupante, mas lembrou que os estaleiros não são públicos e que a dívida que têm à banca é de muitos milhões de euros. Concluiu que o Estado não pode substituir-se às empresas privadas em tudo no seu dia-a-dia.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 15/XII/ 1.ª SL

Por sua vez, o Senhor Deputado Paulo Campos (PS) realçou a importância dos estaleiros navais do Mondego para a região e afirmou que não se podem esquecer as pessoas, os trabalhadores que durante anos deram o seu melhor para a viabilidade dos estaleiros. Concluiu, informando que o seu grupo parlamentar estará sempre com quem promover o emprego, as competências e a capacidade das nossas empresas.

Para concluir esta discussão, tornou a usar da palavra a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), para reiterar que, para o seu grupo parlamentar, o maior problema desta empresa é a situação dos trabalhadores. Recordou a forma como a empresa foi vendida e alegou que ainda é possível impedir a destruição da empresa e conseguir salvaguardar os empregos. Esclareceu que o seu grupo parlamentar não pretende que o Governo compre a empresa, mas sim que não tenha uma posição em relação à banca e outra em relação às empresas.

Pelo Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) foi reafirmada a responsabilidade dos vários e anteriores Governos nesta situação, acentuando a responsabilidade do actual, que tem de tomar uma posição na assembleia de credores. Recordou o discurso do Governo promovendo a economia do mar e criticou as suas actuações não corresponderem ao discurso feito. Concluiu reafirmando a viabilidade da empresa.

4. Votação do parecer sobre a Petição n.º 140/XI/2.ª – "Solicita que seja criada legislação adequada para que os consumidores portugueses da EDP, EPAL, GALP Energia (gás natural) e Telecomunicações, quando optam pela facturação electrónica, possam usufruir de uma redução percentual nas suas facturas na medida em que tais empresas também têm uma redução de gastos."

– Relator: Deputado Nuno Matias (PSD)

Submetido à votação, o parecer sobre a Petição n.º 140/XI/2.ª foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

5. Outros assuntos.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 15/XII/ 1.ª SL

O Senhor Presidente começou por dar conhecimento dos futuros agendamentos da Comissão, prevendo-se, no dia seguinte, a audição do Dr. Silva Peneda, indigitado para a presidência do Conselho Económico e Social, e, depois, do Ministro da Economia e do Emprego, a sua solicitação, para apresentação do Plano Estratégico de Transportes; e no dia 12 de Outubro, às 11h30m, do Professor Braga de Macedo.

A este propósito, pronunciaram-se os Senhores Deputados Ana Paula Vitorino (PS), para considerar que a reunião com o Ministro da Economia e do Emprego seria mais proveitosa se os Deputados tiverem conhecimento antecipado do referido Plano e solicitar diligências do Presidente da Comissão nesse sentido; Agostinho Lopes (PCP), para questionar as prioridades de agendamento das audições, considerando que havia audições já aprovadas em Comissão e que estavam agendadas para depois desta, e reiterar o pedido da oradora antecedente; Luís Menezes (PSD), para referir que o Plano Estratégico dos Transportes deve ser, no momento, uma das prioridades da Comissão, sendo positivo que o Ministro o queira apresentar em primeira mão à Comissão; Fernando Jesus (PS), para corroborar na necessidade de conhecimento antecipado do Plano; e Heloísa Apolónia (PEV), no mesmo sentido.

O Senhor Presidente respondeu que a realização da reunião do dia seguinte, com o Ministro da Economia e do Emprego, não seria impeditiva de qualquer outra, posterior, com a finalidade de esclarecer todas as dúvidas que restarem da apresentação que vai ser feita, mas que estava a envidar todos os esforços para o conhecimento antecipado do Plano Estratégico dos Transportes pelos membros da Comissão; esclareceu que agendou esta reunião com urgência por estar convencido que seria importante conhecer um documento tão importante como este de viva voz rapidamente e que as audições decorrentes da aprovação do requerimento do PCP só foram agendadas para o dia 18 de Outubro para se conseguir fazer a audição das duas entidades no mesmo dia.

A reunião foi encerrada às 15:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 15/XII/ 1.ª SL

Palácio de São Bento, 10 de Outubro de 2011.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 15/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Rui Paulo Figueiredo
Afonso Oliveira
Basílio Horta
Paulo Cavaleiro
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Martins
Helder Amaral
Luís Leite Ramos
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Campos Ferreira
Pedro Saraiva